



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2025/00026

OBJETO: Contratação de Assinatura de Plataforma de Sistema para Orçamentação Baseada em Tabelas SINAPI e SICRO com suporte e Treinamento por um período de 60 (sessenta) meses
NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-AUT-2023/18319

1. Do Objeto

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a Contratação de Assinatura de Plataforma de Sistema para Orçamentação baseada em tabelas SINAPI e SICRO com suporte e treinamento por um período de 60 (sessenta) meses, em que a licença estiver ativa

2. Da Justificativa da Contratação

2.1 A TELEBRAS, vinculada ao Ministério das Comunicações, é a empresa estatal que conecta o serviço público ao cidadão. Somos uma empresa mista, de capital aberto, que fornece soluções de telecomunicações com atuação nacional e o propósito de levar conectividade em alta capacidade a todas as localidades do país, promovendo as políticas públicas de inclusão digital do Estado e atende às demandas de soluções em serviços de conexão para a Administração Pública. Fazemos isso por meio de uma rede óptica de alta resiliência de 32 mil km e cobertura em todo território nacional do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), cujo papel é essencial para a universalização da banda larga no Brasil.

2.2 Além do seu papel social, a TELEBRAS atua também estimulando o desenvolvimento do mercado de telecomunicações ao fornecer infraestrutura para internet banda larga aos provedores regionais, o que estimula as economias regionais e fomenta a concorrência no setor de telecomunicações. A TELEBRAS atua no atendimento aos Provedores Regionais e a Pontos de Interesse Público do Governo Federal.

2.3 Devido à ampliação da atuação e das atribuições da TELEBRAS, mediante a retomada das atividades do órgão de acordo com o Decreto Nº 7.175, de 12 de maio 2010, que foi revogado pelo Decreto Nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, surgiu a necessidade de elaboração de orçamentos baseados em tabela SINAPI e SICRO pela área de infraestrutura da GERP, atividade que faz parte dos processos licitatórios para execução de obras.

2.4 As licitações realizadas pela área de infraestrutura da GERP, visam a construção dos Pontos de Presença – POP do Backbone e das Estações Terminais Rádio - ETR do Backhaul TELEBRAS, que podem ocorrer em quaisquer das cinco regiões do Brasil, sendo o orçamento realizado por região, conforme localidade da obra.

2.5 Até o presente momento, os orçamentos criados pela área são feitos de forma muito manual e com alta complexidade, gerando não só dispêndio de tempo, como risco na geração de informações erradas, uma vez que, são utilizados três arquivos que contém as tabelas de itens e preços, atualmente disponibilizados em PDF e XLSX, um desses arquivos possui em torno de 3.957 páginas. A busca do item desejado é feita por meio do código SINAPI ou por parte do texto do item buscado, sendo que os itens podem estar em qualquer um desses três arquivos.

2.6 Devido à necessidade de criação de orçamentos e às dificuldades encontradas no modo como são feitos hoje, torna-se imprescindível a aquisição de solução disponível no mercado voltada à prática de orçamentação, que realize consulta nas bases SINAPI e SICRO. Visto que a consulta manual a tais tabelas (como é feito



TLBREF202500026A

atualmente) torna a execução desta tarefa onerosa, e a construção de uma ferramenta de sistema para tal fim envolveria custo e tempo consideráveis não vantajosos, sendo que já existe solução disponível no mercado para este fim.

2.7 A aquisição de licença de um software especializado é capaz garantir otimização do tempo e melhoria da qualidade na elaboração dos orçamentos de composições de materiais e serviços baseados em tabelas SINAPI /SICRO, bem como a precificação destes orçamentos, além da criação automática de orçamentos a partir da leitura de arquivo BIM, quando houver necessidade.

3. Da Classificação do Bem e do Enquadramento Legal

3.1 Foram consideradas para elaboração deste Termo de Referência:

3.1.1. RELIC - Regulamento Interno da TELEBRAS Regulamento de Licitações e Contratos da Telecomunicações Brasileiras S. A.

3.1.2. A Lei 13.303/2016: Dispõe sobre o Estatuto jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.1.3. Lei nº 10.406: Institui o Código Civil.

3.1.4. Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

3.1.5. Instrução Normativa SLTI nº 01/2019: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal;

3.1.6. Instrução Normativa 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

3.1.7. Decreto 7.746/2012: Estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

3.2 A contratação de TI analisada neste Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar a solução escolhida.

3.3 O objeto é comercializado por mais de uma empresa no mercado sendo, portanto, padronizado pelo mercado de Tecnologia da Informação.

3.4 O objeto enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação conforme descrito na Seção I, Capítulo III do Regulamento de Compras da TELEBRAS, conforme descrito a seguir:

Art. 112. São hipóteses de contratação direta os seguintes casos de licitação dispensável, definidos no art. 29 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016:

... II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

4. Da Descrição do Objeto



4.1 Este documento tem por objetivo a aquisição de ferramenta para orçamentação por meio de licença de uso de software existente no mercado que realize consulta nas bases SINAPI e SICRO e possua capacidade de upgrade da ferramenta para permitir integração BIM.

4.2 O software da CONTRATADA deve garantir:

4.2.1 Consulta nas bases do SINAPI e SICRO (com atualização mensal);

4.2.2 Elaboração de planilhas orçamentárias;

4.2.3 Pelo menos um dos usuários cadastrados sendo "Administrador" do sistema;

4.2.4 Acesso simultâneo à ferramenta para 5 usuários;

4.2.5 Nível de usabilidade aceitável por meio de interface amigável e autoexplicativa;

4.2.6 Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº13.709;

4.2.7 O sistema deverá ser Web, em nuvem, desejável que esteja em território Nacional.

4.2.8 Possibilidade de upgrade e compatibilidade de Integração BIM, permitindo a criação automática de orçamentos baseados em projetos desenvolvidos em ferramenta BIM, aumentando a confiabilidade e homogeneização do resultado de acordo com o projeto elaborado;

4.3 O Fornecedor do Software descrito no item 4.2 deverá:

4.3.1 Fornecer treinamento para todos os módulos e funcionalidades contratados para capacitação de ao menos 5 (cinco) usuários que utilizarão o sistema;

4.3.2 Disponibilizar serviço de suporte ao usuário durante toda a vigência do contrato;

4.3.3 Concordar e assinar com o termo de confidencialidade de sigilo dos dados armazenados.

4.4 As políticas de uso da ferramenta da CONTRATADA e o armazenamento de dados pessoais devem estar de acordo com os regulamentos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº13.709.

4.5 A CONTRATADA deverá fornecer treinamento para capacitação dos usuários que utilizarão o sistema; disponibilizar serviço de suporte ao usuário e fornecer consultoria e suporte na configuração do software para uso de servidor próprio e atualizações das bases sempre que necessário.

5. Dos quantitativos do Objeto

5.1 Por se tratar de licença de uso de software, o quantitativo está relacionado ao número de usuários que poderão ter acesso ao sistema, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Software Orçamento Base SINAPI e SICRO, com suporte durante a vigência do contrato	60 meses
2	Treinamento Completo na Ferramenta	5 (usuários)



6. Prazos, Local e Condições de Entrega ou Execução

6.1 A execução contratual terá início imediatamente após a assinatura do contrato, quando a CONTRATADA deverá se comprometer com os prazos e ações estabelecidos neste documento.

6.2 A CONTRATADA deverá apresentar cronograma de implantação do sistema contratado para a prévia aprovação da TELEBRAS, que poderá ser alterado de comum acordo entre as partes.

ETAPAS	DESCRIÇÃO	PRAZO DE ENTREGA (DIAS CORRIDOS)
1. Implantação	Disponibilizar o acesso dos usuários ao sistema	15
2. Treinamento	Treinamento de todos os módulos aos usuários	15

6.2.1 A CONTRATADA, ao executar os serviços preliminares necessários à execução do objeto contratual principal (implantação e treinamento), deverá observar os prazos propostos no cronograma por ela elaborado e aprovado pela TELEBRAS, tudo com termo inicial a partir da data de assinatura do Contrato;

6.2.2 Após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de atividades para a implantação do sistema, em reunião que deverá ser realizada com a Unidade solicitante, onde será definido o plano de atividades relativo às etapas de disponibilização do acesso aos usuários e realização do treinamento;

6.2.3 A CONTRATADA deverá apresentar um relatório ao final de cada etapa do cronograma, informando a ocorrência de inconsistências, quais foram as soluções empregadas, ou reportando a completa execução da tarefa, a ser validado pela TELEBRAS.

6.3 A CONTRATADA prestará serviços de suporte ao usuário, quando solicitado pela TELEBRAS, a qualquer tempo dentro do prazo de vigência do contrato, sem custos para a TELEBRAS.

6.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar uma infraestrutura de atendimento, via telefone ou web, para realização dos chamados técnicos (suporte técnico);

6.3.2 Os serviços de suporte serão prestados, via de regra, de segunda a sexta-feira durante o horário de expediente da CONTRATADA (08:00 às 18:00 – horário de Brasília), exceto feriados, devendo a empresa possuir uma central de atendimento sem custos para o CONTRATANTE e atender aos chamados do usuário ou equipe técnica dentro do prazo previsto em contrato, de acordo com este objeto;

6.3.3 Os chamados deverão ser atendidos e solucionados conforme tabela de criticidade do item 14.2 ;

6.3.3.1 Caso não seja possível atender dentro do prazo referente ao item 14.2, a CONTRATADA poderá solicitar novo prazo de solução mediante justificativa e aceitação da TELEBRAS.

6.3.4 Durante todo o período de vigência do Contrato, a CONTRATADA estará obrigada a prestar manutenção e suporte técnico ao sistema;



Item	Sistema	Qtde	Valor Unitário	Valor Quinquenal
1	Software Orçamento Base SINAPI e SICRO	60 meses		
2	Treinamento Completo na Ferramenta	5 (usuários)		
TOTAL GERAL				

9. Da Dotação Orçamentária

9.1 Orçamento aprovado para o exercício de 2025, essa contratação é parte do item 3700-GTI_47 do PLAC 2025 da TELEBRAS.

10. Da Vigência do Contrato

10.1 O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o Regulamento de Licitação e Contratos da TELEBRAS.

11. Das Condições e Prazos de Pagamento

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar, após o Recebimento Definitivo, nos termos descritos do Termo de Referência, nota fiscal ao Fiscal do Contrato, para que este confirme se o serviço foi executado conforme as disposições contidas neste Contrato.

11.2 Obrigatoriamente deverão constar na nota fiscal as informações do banco, agência e número da conta da CONTRATADA. Adicionalmente, a CONTRATANTE fornecerá informações relativas ao processo de tramitação interna que deverá ter suas informações constantes no documento fiscal.

11.3 Além das informações constantes da cláusula anterior, a contratada deverá informar no documento fiscal o valor do imposto de renda e das contribuições a serem retidas por ocasião do pagamento, conforme disposto na IN/SRF n.º 1.234/2012 e demais normativos da Fazenda Pública. A inobservância dessa exigência implicará em multa por descumprimento de obrigação acessória, prevista neste instrumento, sem prejuízo de comunicação à Receita Federal.

11.4 Cabe ao fiscal do contrato atestar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do recebimento da nota fiscal, que os serviços foram ou não devidamente executados em total consonância com o presente contrato.

11.5 Caso a nota fiscal apresentada esteja em total consonância ao contrato e todas as obrigações relacionadas ao presente documento firmado tenham sido devidamente cumpridas, o Fiscal do Contrato encaminhará a nota fiscal para o departamento responsável para o devido pagamento, que providenciará sua liquidação nas agendas de pagamentos da CONTRATANTE.

11.6 O pagamento será realizado nos termos e nos prazos do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO
1	Instalação / Disponibilização da licença	



		Integral, após a Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)
2	Treinamento de usuário	Integral, após a Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)

11.7 Documentos Necessários ao Pagamento:

11.7.1 Previamente à realização do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, sob pena de inexecução parcial, documentação comprovante do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, especialmente:

11.7.2 Certidão Conjunta Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

11.7.3 Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros - emitida pela Secretaria da Receita Federal;

11.7.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

11.7.5 Comprovante de quitação com débitos decorrentes do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação - FGTS;

11.8 Em relação à comprovação de regularidade exigida, a CONTRATADA poderá substituir a apresentação de documentos por meio da apresentação de extrato obtido do SICAF. Qualquer outro documento não constante do SICAF deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal para processamento do pagamento.

11.9 A irregularidade para com qualquer dos itens ou a não apresentação das certidões que comprovem a situação de regularidade, quando solicitada pela CONTRATANTE por qualquer meio idôneo, caracterizará descumprimento de obrigação acessória, cabendo assim sanções conforme Termo de Referência;

11.10 Havendo dúvida quanto à autenticidade da cópia apresentada, poderá o executor do contrato solicitar a apresentação de documento original ou fotocópia autenticada.

11.11 Verificando a CONTRATANTE que os documentos acima elencados não serão apresentados, lhe cabe o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades aplicáveis para a CONTRATADA.

11.12 As faturas serão atestadas em até 15 (quinze) dias contados a partir da data de entrega na TELEBRAS.

11.13 A nota fiscal deverá contemplar o valor do software, bem como do treinamento.

11.14 As notas fiscais deverão conter a descrição de todos os materiais, a fim de permitir a correta segregação dos itens na contabilidade da TELEBRAS. As ordens de serviço e de compra deverão conter os detalhes para permitir essa emissão.

11.15 A nota fiscal que for rejeitada por falta de clareza na descrição do objeto, valor dos impostos, data e validade, dentre outros fatores, será devolvida à CONTRATADA para correções, iniciando a contagem do prazo de pagamento na sua reapresentação.

11.16 O ato de devolução da nota fiscal pela CONTRATADA, conforme exposto no subitem acima, em nenhuma hipótese autoriza ou enseja a CONTRATADA a rescindir a execução do objeto, constante deste Termo de Referência.



11.17 Nos casos de eventuais atrasos no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, desde que a LICITANTE vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será atualizado financeiramente até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPC, pro rata dia, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira em que i = variação IPC.

11.18. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e IN /SRF nº 480, de 15/12/2004, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 79, de 01/08/2000.

11.19. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

12. Do Reajuste/Repactuação/Reequilíbrio

12.1 O pagamento será realizado em uma única parcela referente aos cinco anos da vigência do contrato;

12.2 Os preços serão fixos e irredutíveis durante a vigência do contrato.

13. Da Garantia do Objeto

13.1. A solução deve ser fornecida com garantia de funcionamento pelo período de vigência do Contrato.

14. Sanções e Penalidades

14.1 Com fundamento nos artigos 82, 83 e 84 da Lei n.º 13.303, de 2016, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

14.1.1 Advertência; e

14.1.2 Multa.

Ocorrência	Sanção
Inexecução total ou parcial;	1. Multa Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor



	cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
Enviar empregado sem qualificação para executar os serviços de suporte;	1. Por empregado e por dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia sobre o valor anual do Suporte e manutenção, nos primeiros 5 (cinco) dias e de 5% (cinco por cento) para período superior a 5 (cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor contratado.
Perda de dados e/ou configuração durante a execução de quaisquer serviços solicitados, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao interesse público;	1. Multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato. 2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização;	1. Por serviço e por dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia sobre o valor anual do Contrato, nos primeiros 5 (cinco) dias e de 5% (cinco por cento) para recusa superior a 5 (cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.
Deixar de guardar sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações técnicas da TELEBRAS ou de seus colaboradores que venham ser confiados à CONTRATADA ou que venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, sem prejuízo da rescisão do contrato e da responsabilização civil e criminal;	1. Por ocorrência, multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato. 2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador,	1. Por ocorrência, Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia sobre o valor anual do Contrato, nos primeiros 5 (cinco) dias e de 5% (cinco por cento) para recusa superior a 5 (cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.

14.2 Penalidades referentes ao Nível Mínimo de Serviço do Suporte Técnico:

PENALIDADES			
	Prazo para Início de Atendimento	Prazo de Solução Provisória	Prazo de Solução Definitiva
Severidade			



	Em tempo corrido a partir da notificação		
Critica	Correspondente a 4% (quatro por cento) do valor referência (mensal), para cada hora excedente, quando o início do atendimento se der em prazo superior a 02 (duas) horas, a contar da abertura do chamado;	Correspondente a 4,5% (quatro e meio por cento) do valor referência (mensal), para cada hora excedente, quando a solução provisória no atendimento se der em prazo superior a 04 (quatro) horas, a contar da abertura do chamado;	Correspondente a 5% (cinco por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando a solução definitiva do atendimento se der em prazo superior a 06 (seis) horas, a contar da abertura do chamado;
Alta	Correspondente a 3,5% (três e meio por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando o início do atendimento se der em prazo superior a 04 (quatro) horas, a contar da abertura do chamado;	Correspondente a 4% (quatro por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando a solução provisória no atendimento se der em prazo superior a 06 (seis) horas, a contar da abertura do chamado;	Correspondente a 4,5% (quatro e meio por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando a solução definitiva do atendimento se der em prazo superior a 08 (oito) horas, a contar da abertura do chamado;
Média	Correspondente a 2% (dois por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando o início do atendimento se der em prazo superior a 4 (quatro) horas, a contar da abertura do chamado;	Correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando a solução provisória no atendimento se der em prazo superior a 8 (oito) horas, a contar da abertura do chamado;	Correspondente a 3% (três por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando a solução definitiva do atendimento se der em prazo superior a 12 (doze) horas, a contar da abertura do chamado;
Baixa	Correspondente a 1% (um por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando o início do atendimento se der em prazo superior a 8 (oito) horas, a contar da abertura do chamado;	Correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando a solução provisória no atendimento se der em prazo superior a 12 (doze) horas, a contar da abertura do chamado;	Correspondente a 2% (dois por cento) do valor referência (mensal) para cada hora excedente, quando a solução definitiva do atendimento se der em prazo superior a 24 (Vinte e quatro) horas, a contar da abertura do chamado;

14.3 Os valores de multa para efeitos do cumprimento do Nível Mínimo de Serviço relativos ao suporte técnico será cobrado em referência do montante mensal, após devida análise dos descumprimentos e direito de defesa conforme lei.

14.4 Caracteriza-se inexecução parcial do contrato quando a CONTRATADA executa apenas parte do objeto contratado.

14.5 Caracteriza-se inexecução total do contrato quando a CONTRATADA deixa de executar o objeto na sua totalidade.

14.6. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento próximo ao prazo do pagamento anual, ou seja, na fase da defesa prévia, a TELEBRAS poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente pela TELEBRAS, o valor



retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

14.7 Na hipótese de não ocorrer o pagamento voluntário da multa, dentro do prazo de 5 dias úteis após a imputação, o valor poderá, nesta ordem: a) ser descontado da garantia; b) ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada, quando a garantia for insuficiente; ou, em último caso, ser cobrada judicialmente.

15. Das Obrigações da Telebras

15.1 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato, em conformidade com os procedimentos internos de segurança da TELEBRAS.

15.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

15.3 Manter os computadores em condições de utilização do software.

15.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme prazo e forma prevista neste Termo de Referência.

15.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre todas as ocorrências atípicas e irregularidades registradas, em relação a execução do contrato.

15.6 Fiscalizar toda a execução do objeto, como forma de assegurar todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

15.7 Aplicar à CONTRATADA, quando necessário, as sanções legais cabíveis, garantida a ampla defesa.

15.8 Designar Fiscal de Contrato, titular e suplente, para o acompanhamento e fiscalização do contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

16. Das Obrigações da Contratada

16.1 Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência.

16.2 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

16.3 Realizar testes e corrigir defeitos no software, inclusive com a substituição quando necessário, sem ônus para a TELEBRAS, durante o prazo do contrato.

16.4 A liberação do acesso a todas as funcionalidades, continuidade da disponibilização das atualizações dos softwares e renovação das licenças de forma imediata a partir da assinatura do contrato.

16.5 Manter a Central de Atendimento conforme estabelecido no presente Termo de Referência.

16.6 Prover a TELEBRAS das informações necessárias à adequada execução do objeto.

16.7 Cumprir e obedecer às normas internas de segurança, de acesso e permanência as dependências físicas da TELEBRAS, quando necessária à execução do objeto.

16.8 Indicar nome, e-mail e telefone do profissional que atuará como preposto, devendo ele se reportar diretamente ao fiscal do contrato ou a outros colaboradores designados pela TELEBRAS.

16.9 Atender, por meio do preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos gestores do Contrato em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do momento do acionamento, prestando as informações referentes ao fornecimento de itens, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.



16.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, ou pessoa por ele designada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que impossibilite o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto ao prazo de entrega.

16.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto.

16.12 Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do objeto.

16.13 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

16.14 Cumprir, às suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

16.15 Assumir toda a responsabilidade por eventuais danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros, devendo ressarcir imediatamente à TELEBRAS em sua integralidade, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida na contratação, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

16.15.1 A CONTRATANTE estipulará o prazo para reparação do(s) dano(s) causado(s), quando cabível;

16.15.2 Assumir plena e irrestrita responsabilidade por acidentes ou incidentes ocorridos em razão da execução do objeto do presente contrato, bem como indenização que possa vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos da mesma;

16.15.3 Assumir responsabilidade pelas eventuais multas e outras quaisquer penalidades ou despesas decorrentes da infração de leis e posturas que se relacionarem com a prestação do serviço contratado, de forma que, em hipótese alguma, tais responsabilidades poderão ser atribuídas à CONTRATANTE;

16.15.4 Assumir responsabilidade pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não possuem nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

16.16 O término da vigência deste contrato não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por obrigações derivadas ou originadas pela execução do objeto.

16.17 Comprometer-se, em qualquer hipótese, não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

17. Da Sustentabilidade Social e Ambiental

17.1 A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na IN/SLTI/MP nº 01/10.

17.2 A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de declaração emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as referidas exigências.

18. Do Consórcio e da Subcontratação

18.1 Não será permitida a participação de empresas em consórcio ou subcontratação.

19. Da Rescisão Contratual



19.1 O contrato a ser celebrado poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, nos termos do inciso VII do art. 69 da Lei 13.303/2016, combinado com o §1º do art. 116 do RELIC TELEBRAS.

19.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATANTE o direito à prévia e ampla defesa, ressalvado o caso do pedido de rescisão a ser efetuado no prazo pactuado.

19.3 O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

19.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro atualizado;

19.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

19.3.3 Indenizações e multas.

20. Da Resilição Contratual

20.1 Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração do contrato objeto deste Termo de Referência, as partes poderão solicitar a extinção do instrumento contratual, por meio de aviso formal a ser entregue com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

21. Das Disposições Gerais

21.1 A Contratada terá completa responsabilidade quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações, contidos em quais documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob a pena da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela TELEBRAS a tais informações.

21.2 A TELEBRAS não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.3 A TELEBRAS reserva-se o direito de efetuar diligências para comprovação dos itens obrigatórios. Poderá ser exigida, nestas diligências, documentação comprobatória da qualificação da licitante.

21.4 Este documento apresenta as características da aquisição desejada e todas as informações nele contidas são de propriedade da TELEBRAS.

21.5 A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às especificações deste documento.

Brasília, 07 de março de 2025.

IARACY NAYARA MACHADO BRAZ

Especialista Gestao de Telecomunicacoes
Gerência de Tecnologia da Informação

VINICIUS COSTA CORREIA

Gerente
Gerência de Tecnologia da Informação

RICARDO LUIZ MIRANDA DE SOUZA

Especialista Gestao de Telecomunicacoes
Gerência de Tecnologia da Informação



